

Resistências performativas e políticas pós-identitárias

Performative resistance and post-identity politics

André Luiz dos Santos Paiva

Resumo

No presente artigo analisa-se a questão das resistências em seus encontros com as políticas pós-identitárias a partir dos pensamentos de Michel Foucault e Judith Butler. Na primeira parte do texto é exposto como Foucault analisa os processos de resistências como coextensivas ao poder, o que fortalece sua ideia de poder produtivo. Na segunda parte, expõe-se o pensamento e a política queer como uma expressão de resistência, e, a partir de Butler, mostra-se como é indispensável uma postura autocrítica que mantenha o queer aberto aos vários atravessamentos emergentes no espaço teórico e político da abjeção. Por fim, realiza-se a análise dos reflexos dos pensamentos de Foucault, no que tange às resistências, e de Butler, em sua especificidade queer, nas políticas identitárias.

Palavras-chave

Michel Foucault, Judith Butler, identidades.

Abstract

This article analyzes the issue of resistance in their encounters with post-identity politics based on the thoughts of Michel Foucault and Judith Butler. The first part of the text exposes how Foucault analyzes the processes of resistance as coextensive with power, which strengthens his idea of power as productive. In the second part, queer thinking and politics are exposed as an expression of resistance and, from Butler, it is shown how indispensable is a critical posture that keeps queer open to the various emerging crossings in the theoretical and political space of the abjection. Finally, an analysis of the reflections of the thoughts of Foucault regarding resistance and of Butler in its queer specificity in identity politics is carried out.

Keywords

Michel Foucault, Judith Butler, identities.

André Luiz dos Santos Paiva

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Psicólogo. Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Bolsista CAPES/BRASIL de pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea - PPGEduc da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

alz.paiva@gmail.com

Introdução

No presente artigo, foca-se na questão das resistências em seus encontros com as políticas pós-identitárias a partir dos pensamentos de Michel Foucault e Judith Butler. Na primeira parte do texto, é exposto como Foucault analisa os processos de resistências como coextensivas ao poder, o que fortalece sua ideia de poder produtivo. Para ele, seja através das transgressões, seja através das dissidências, é possível identificar uma multiplicidade de formas de resistências e lutas com potencial de transformação das distribuições do poder.

Seguindo com a temática das resistências, no segundo subtítulo do artigo, expõe-se o pensamento e a política queer como expressão de resistência, e, a partir de Butler, mostra-se como, para que esse campo mantenha seu potencial subversivo, é indispensável uma postura autocrítica, num processo no qual o queer se manteria aberto aos vários atravessamentos emergentes no espaço teórico e político da abjeção.

Por fim, realiza-se a análise dos reflexos dos pensamentos de Foucault, no que tange às resistências, e de Butler, em sua especificidade queer, nas políticas identitárias. Assim, é analisado como a crítica à noção de identidade institui-se nos pensamentos das autoras como algo que possibilita a reflexão sobre seus fundamentos. Assim, Butler aproxima-se da categoria mulher como sujeito do feminismo, explicitando o caráter performativo da produção das identidades e das resistências. Para isso, ela dialoga com Foucault na identificação do caráter excludente da fabricação das identidades, advogando um uso estratégico das identidades, o que permite o vislumbre das políticas queer como um lugar aberto de crítica às perspectivas políticas identitárias tradicionais.

Lutas e resistências nas relações de poder a partir de Michel Foucault

Nas análises realizadas por Michel Foucault acerca do poder encontramos constantemente a relação de seu funcionamento com dinâmicas de lutas e resistências. Nesse sentido, além de descrever os efeitos jurídicos e produtivos do poder, o filósofo buscou em seus estudos explicitar as possibilidades de modificação nas distribuições do poder ocasionadas pelas lutas engendradas à maneira de expressão do próprio funcionamento do poder (FOUCAULT, 2008).

É de extrema importância o destaque dado ao aspecto de luta no que tange às dinâmicas do poder, pois a partir dela é possível sustentar a concepção de que não há a possibilidade de pensar a ação política como algo que ocorra fora do poder, seja de forma anterior ou posterior em relação a ele. Dessa forma, pensar as lutas e resistências como constituintes de qualquer relação de poder possibilita vê-las de modo contingente e, por isso, modificável. Isso ocorre por numa relação específica de poder operarem concomitantemente uma multiplicidade de forças que, em contato, estabelecem uma direção possível para essa relação. Com isso, pode-se notar não haver o espaço por excelência das resistências, mas processos capilarizados no funcionamento do poder que se distribuem no campo social (MACHADO, 2016).

Essa complexa relação entre poder e resistências aparece em Foucault (2014) em seus estudos acerca das práticas disciplinares e biopolíticas na modernidade. Apesar do autor defender que há uma fabricação dos corpos através das disciplinas, ele também destaca que essa lógica de dominação é apenas um dos aspectos de constituição do sujeito, mas outras dinâmicas somam-se a ela e práticas de subjetivação emergem nos conflitos que

deflagram as lutas. A vida, a partir disso, torna-se objeto político, sendo ela o que está no centro das lutas.

Essa relação de lutas permite aos indivíduos a fabricação de experiências que não se adequam de forma completa ao instituído pelas normas hegemônicas, ainda que isso não ocorra necessariamente de forma intencional ou racionalizada pelos sujeitos envolvidos. Sobre essa dinâmica, Foucault (2008, p. 266) afirma:

O que vou lhes propor é a palavra, mal construída sem dúvida, “contraconduta” – palavra que só tem a vantagem de possibilitar referir-nos ao sentido ativo da palavra “conduta”. Contraconduta no sentido de luta contra os procedimentos postos em prática para conduzir os outros, o que faz que eu prefira essa palavra a “inconduta”, que só se refere ao sentido passivo da palavra, do comportamento: não se conduzir como se deve. Além disso, essa palavra – “contraconduta” – talvez também permita evitar certa substantificação que a palavra “dissidência” permite. Porque de dissidência vem “dissidente”, ou o inverso, pouco importa – em todo caso, faz dissidência quem é dissidente. Ora, não estou muito certo de que essa substantificação seja útil. Temo inclusive que seja perigosa, porque sem dúvida não tem muito sentido dizer, por exemplo, que um louco ou um delinquente são dissidentes. Temos aí um procedimento de santificação ou de heroização que não me parece muito válido. Em compensação, empregando a palavra contraconduta, é sem dúvida possível, sem ter de sacralizar como dissidente fulano ou beltrano, analisar os componentes na maneira como alguém age efetivamente no campo muito geral da política ou no campo muito geral das relações de poder. Isso permite identificar a dimensão, o componente de contraconduta, a dimensão de contraconduta que podemos encontrar perfeitamente nos delinquentes, nos loucos, nos doentes.

Com essa complexificação proporcionada pelo conceito de contraconduta, Foucault acaba por explicitar que mesmo quando se trata das lutas será sempre necessária uma análise específica de suas estratégias, não havendo a possibilidade, assim, de se falar das lutas de forma geral. Nesse sentido, as lutas como integrantes do funcionamento político sempre abrem espaços novos de negociação e renegociação do que se entende como o que somos em sociedade.

Em Foucault (2004), a liberdade é vislumbrada de forma intrínseca à própria experiência humana, não se constituindo como algo alheio às relações de poder, ou nelas escondido; aspecto que se aplica, consequentemente, também às lutas. O pensador propõe que por meio dos desejos é possível exercitar a liberdade de forma a criar relações sociais, e essas, por sua vez, podem configurar-se como reformulações das dinâmicas de poder instituídas. Assim, Foucault rompe com a ideia de que poder e liberdade estariam numa relação de oposição, pois as possibilidades de exercício de liberdade estariam já em funcionamento em toda manifestação do poder (REVEL, 2005).

Isso ocorre porque, em Foucault, a liberdade é um elemento presente nas formas de subjetivação, podendo ser vista como um pressuposto destas. Dado as disciplinas serem exercitadas sobre indivíduos que podem, em alguma medida, a elas resistir, pois caso contrário não haveria sequer sentido em falar-se de disciplinar ou controlar, a liberdade opera como momento indissociável das relações de poder. A partir dessa conexão, é possível afirmar que Foucault, ao se debruçar sobre o poder, nos deixa também uma teorização acerca da liberdade (DE SOUSA FILHO, 2008).

O exercício do poder revela-se, assim, de forma irrevogavelmente associado às possibilidades de liberdade. Isso ocorre devido ao caráter necessariamente relacional das dinâmicas de poder que em suas estratégias encontram como condição de exercício a liberdade, de forma que “sem

liberdade, não há possibilidade de ocorrer nenhuma relação e exercício de poder possível. Todo poder, quando relacional, requer liberdade de ação entre os envolvidos [...]” (BRANCO, 2015, p 37). É sempre a partir da agonística entre pessoas livres que se exercita o poder, o que inclui tensões e conflitos que podem viabilizar a modificação das dinâmicas de poder, sendo esse processo vivenciado tanto na emergência dos processos individuais quanto sociais (BRANCO, 2015).

Depreende-se disso que não há liberdade absoluta, assim como não há exercício de poder que não seja atravessado pela liberdade. Por isso

não podemos nos colocar fora da situação, em nenhum lugar estamos livres de toda relação de poder. Eu não quis dizer que somos sempre presos, pelo contrário, que somos sempre livres. Enfim, em poucas palavras, há sempre a possibilidade de mudar as coisas (FOUCAULT, 2004, p. 268).

O caráter não absoluto da liberdade no pensamento de Michel Foucault permite analisar de forma complexa as relações de exclusão, transgressão, dissidência e marginalização. Em relação à exclusão, Foucault (2015) defende a necessidade dessa ser pensada como fenômeno que extrapola o âmbito da lei e da representação, de maneira a vê-la necessariamente colocando em ação uma série de mecanismos de poder que, agindo de forma concomitante, demarcam as fronteiras do que é incluído e do que é excluído.

Com isso, Foucault (2015) exercita mais uma vez sua concepção produtiva do poder, a qual necessita do espaço da liberdade para ser pensada. O que o autor propõe é que as análises acerca dos processos de exclusão operem de forma a identificar as relações de poder que as sustentam e justificam para que seja possível o exercício da transgressão. Nesse sentido, para além da lei e das normas, há o espaço de liberdade que possibilita aos sujeitos um campo de transgressão e, além disso, de dissidência.

O que encontramos nessa concepção é a conexão entre a transgressão e o questionamento de um certo campo moral que sustenta em grande medida as exclusões. Foucault (2015, p.106) torna clara a relação entre moral e poder num sentido de que, “[...] a moral não está dentro da cabeça das pessoas: está inscrita nas relações de poder, e apenas a modificação das relações de poder pode trazer a modificação da moralidade”. Nessa dinâmica, a transgressão operaria como um ataque às moralidades e estruturas que estabelecem as leis, consistindo num exercício localizado de liberdade que tem por finalidade tornar a lei irreal ou inefetiva.

Ao sujeito que transgredir é imposto o lugar da marginalidade. A marginalização é uma forma de exercício de poder que intenciona excluir o indivíduo ao mesmo tempo que busca minimizar ao máximo os efeitos da transgressão. Foucault (2015) propõe um parâmetro para a análise da legitimidade desses processos de transgressão. Ele recorre à categoria do intolerável como parâmetro ético que permite a diferenciação das diversas expressões de revolta que podem ser encontradas no campo social. Essa resistência ao intolerável ocorre pelas transgressões, mas também pelo que Foucault (2015) denomina de dissidência. Se com as transgressões temos expressões localizadas de resistência, quando se trata das dissidências, opera-se um questionamento mais amplo das formas de funcionamento do poder, sendo possível seu exercício inclusive sem se lançar mão da transgressão. Ao analisar os grupos transgressores e a dinâmica de dissidência o filósofo afirma que

Os primeiros têm como ponto de ataque o lugar em que se intrinca moral, variadas relações de poder próprias à sociedade capitalista, instrumentos de controle implementados pelo Estado. Lutar contra a coerção não é a

mesma coisa que transpor o interdito, uma coisa não pode ser confundida com outra. Praticar a transgressão é tornar a lei irreal e impotente num momento e num lugar, para uma pessoa; entrar em dissidência é atacar essa conexão, essa coerção (FOUCAULT, 2015, p. 104-105).

Em ambos os casos, está-se frente a dinâmicas de resistências. Pode-se constatar que as resistências são parte do poder, uma vez que apenas se pode afirmar que há relação de poder em dinâmicas sobre as quais é possível resistir. As resistências apenas podem ser pensadas em suas operações concretas, uma vez que estão relacionadas diretamente às manobras das lutas que se tornam indissociáveis dos objetos de poder sobre os quais intervêm (MAY, 1993).

Essa relação necessária entre poder e resistência permite a Foucault pensar em termos de estratégias e táticas, evidenciando o caráter agonístico que é imputado às relações de poder encontrado em seu pensamento. Nessa dinâmica, não é sequer possível encontrar um ponto de início ou fim entre poder e resistências, dado que “cada movimento de um serve de ponto de apoio para uma contraofensiva do outro” (REVEL, 2005, p. 75). Foucault estabelece uma reciprocidade que inviabiliza uma consideração simplista que colocaria o poder no lugar do que é negativo e a resistência no espaço estratégico da liberação do poder. Dessa forma, não é exatamente contra o poder que a resistência se estabelece; pois assim sendo, a resistência mesma estaria inviabilizada; mas contra certos efeitos de poder que forjam relações de dominação. Por outro lado, não houvesse resistência, não haveria efeitos de poder no âmbito da dominação, mas apenas questões relacionadas à obediência (REVEL, 2005).

As formas que tomam os processos de resistência, assim como ocorre com o poder em todas as suas expressões, são variadas. Devido a isso, vemos em Foucault uma valorização das lutas locais ou micropolíticas, pois essas tratam de resistências postas em ação por subjetividades e grupos com questões específicas relacionadas com variadas distribuições do poder no campo social através de marcadores como geração, gênero e etnia. Esse vislumbre permite à Foucault, em seus próprios estudos localizados, exercitar sua concepção de poder a partir da construção de uma ontologia crítica do presente (BRANCO, 2015).

As resistências articulam-se como respostas às dominações micropolíticas, o que inviabiliza a construção de um programa geral que mobilize todas as suas expressões no que se refere a uma possível agenda de lutas determinada a priori e com caráter rígido. Encontra-se mais uma vez nessa concepção acerca das resistências a defesa de que o poder opera de forma difusa, por isso, a eficácia dos processos de resistência residiria em sua capacidade de também articular-se de forma múltipla e mutante. Nesse sentido, além da multiplicidade de expressões da resistência, seria necessária uma variedade de análises situadas para uma maior compreensão, no âmbito inclusive de uma teoria geral da política, dos domínios das lutas que atravessam as múltiplas relações de poder.

A multiplicidade das lutas decorre do fato do poder não possuir uma matriz única de funcionamento que se disseminaria na sociedade. Sendo assim, não é possível afirmar que todas as suas manifestações são expressões dessa matriz geral, mas que são construídas nas correlações engendradas nas lutas, não havendo, por isso “o lugar da grande recusa, foco de toda rebelião, lei revolucionária” (ESCOBAR, 1985, p. 211). Para Foucault (2004) a resistência é um elemento das estratégias de poder, num sentido de apoiar-se sobre as relações de poder que combate. Sobre o poder se impõe a resistência não de forma externa, mas no lugar mesmo de sua aplicação, sendo possível pensar o poder como uma relação necessária entre dois polos num jogo de forças que acaba por modificar as relações de poder previamente instituídas (MAY, 1993).

Com suas discussões, Foucault expõe as condições para o exercício do poder e, devido ao seu caráter relacional, também as condições de exercício das resistências. Ao analisar os processos de resistência ele consolida sua teorização acerca do caráter produtivo do poder, num processo que escapa a uma causalidade simples e impõe um conjunto de relações complexas que atuam nas redes de poder de forma que nelas mesmas, e não como forma de oposição radical, encontrariam-se as possibilidades de modificação de suas distribuições. Nesse sentido,

Ele toma cuidado de seriar as condições permitindo avançar em direção a uma nova economia das relações de poderes. As lutas de transformação da subjetividade, precisa ele, não são simples formas de oposição à autoridade; elas são caracterizadas pelo fato:

1. de que são “transversais” (ou seja, para Michel Foucault, que elas saem dos quadros de um país particular);
2. de que se opõem a todas as categorias de efeitos de poder, àqueles, por exemplo, que se exercem sobre o corpo e a saúde, e não somente àqueles que são aferentes às lutas sociais “visíveis”;
3. de que são imediatas, nesse sentido de que visam às formações de poder mais próximas e que elas não se remetem a hipotéticas soluções a termo, como aquelas que se pode achar nos programas de partidos políticos;
4. de que põem em causa o estatuto do indivíduo normalizado e afirma um direito fundamental à diferença (de modo algum incompatível, aliás, com alternativas comunitárias);
5. de que visam aos privilégios do saber e sua função mistificadora;
6. de que implicam uma recusa das violências econômicas e ideológicas de Estado e de todas as suas formas de inquisição científicas e administrativas (GUATTARI, 2007, p. 36).

É essa leitura que vemos Foucault (1988) operar acerca da sexualidade. Nesse âmbito específico, temos uma aplicação da ideia de que não é possível analisar as relações de poder e as resistências a elas atreladas como uma dinâmica de simples oposição. É devido a isso que o filósofo afirma ser necessário “não acreditar que dizendo-se sim ao sexo se está dizendo não ao poder; ao contrário, se está seguindo a linha do dispositivo geral da sexualidade” (FOUCAULT, 1988, p. 171). A ênfase é dada aos processos de resistência antes da ideia de liberação. Ainda que Foucault não desqualifique a ideia de liberação, ele explicita como, para uma modificação efetiva das relações de poder no que tange aos corpos e aos exercícios da sexualidade, é necessário ir além da ideia que consiste em acreditar que seria possível se desvincular do poder e permitir emergir a verdadeira expressão do sexo (FOUCAULT, 1988). Na crítica realizada à ideia de liberação subjaz a manutenção de sua concepção de poder, de forma a ser necessário localizar historicamente as permissões e interdições em torno do sexo, para, a partir das distribuições atuais de poder, mobilizar-se politicamente resistências que, passando necessariamente pelos corpos e seus prazeres, modifiquem a realidade (HALPERIN, 1995).

O queer em questão: resistências performativas e crítica em Judith Butler

O pensamento e a postura política queer surgiram entre o fim da década de 1980 (SÁEZ, 2007) e início da década de 1990, inicialmente nos Estados Unidos, e dialogam com o feminismo de terceira onda, com os estudos culturais e pós-estruturalistas e com os estudos subalternos (SOUZA; BENETTI, 2015; GARCÍA, 2007). O queer apropria-se de um insulto, que poderia ser traduzido por “bicha”, “viado”, estranho ou anormal, para

instituir outra relação com os processos de subalternidades através da afirmação potente do que antes era restrito a um xingamento (PELÚCIO, 2014; LOURO, 2001; COLLING, s/a).

O queer surge inicialmente como política de questionamento e enfrentamento, para apenas posteriormente consolidar-se como campo de reflexão teórica (PELÚCIO, 2014; MISKOLCI, 2011). Nesse processo de construção de prática e pensamento alguns fatores foram determinantes para a emergência e a consolidação das políticas e estudos queer, dentre os principais encontram-se a descoberta e conseqüente crise gerada pela aids, notadamente nos meios homossexuais e de divergência sexual-genérica; a crítica aos movimentos gays e lésbicos que passaram a ter uma feição mais normatizada com foco na ideia de inclusão; e o questionamento do feminismo tradicional, que se consolidou como um movimento de mulheres brancas de classes média e alta, o que invisibilizava experiências de outras mulheres que reivindicavam uma perspectiva interseccional para os movimentos feministas (SÁEZ, 2007).

Nesse contexto, as políticas e os estudos queer colocam-se tanto em oposição às demandas da heterossexualidade como regime político para os corpos e modos de vida (WITTIG, 2004), quanto em oposição aos movimentos gays e lésbicos que têm como principal reivindicação a assimilação dentro do sistema heterossexual, que, por sua vez, articula-se de modo decisivo aos modos de produção capitalista baseados no consumo e na propriedade (MISKOLCI, 2011). Assim, a perspectiva queer demonstra sua radicalidade em questionar as normatividades sociais acerca dos corpos, sexualidades e, posteriormente, dos vários atravessamentos que essas questões carregam em todas as suas manifestações, estabelecendo uma postura radical de questionamento das normatividades a partir de uma posição antiassimilacionista (MISKOLCI, 2011).

As respostas queer às questões relativas à aids, aos movimentos gays, lésbicos e feministas constituem-se como possibilidades subversivas, o que não quer dizer que entre esses campos de embate político e discursivo não ocorram negociações. Ou seja, o processo de emergência queer não se consolida à maneira de uma recusa simplista do já instituído no campo das relações e discussões acerca dos corpos, gênero e sexualidades, mas num diálogo constante de forma que é possível notar tanto rupturas quanto continuidades políticas e teóricas (JAGOSE, 2005).

Butler (2019) pensa a afirmação queer como uma questão relativa à interpelação dos sujeitos, que, a partir de uma prática discursivo-linguística estabelece uma relação outra com a experiência da subalternidade através de um jogo contínuo de repetição e reinvenção de termos. Ela afirma:

O termo queer emerge como uma interpelação que levanta a questão da condição e do local da força e da oposição, da estabilidade e da variabilidade, dentro da performatividade. O termo queer tem operado como uma prática linguística cujo objetivo tem sido envergonhar os sujeitos que assim são nomeados ou, em vez disso, produzir um sujeito por meio dessa interpelação humilhante. A palavra queer adquire força justamente por ter sido muitas vezes invocada, o que a levou a ser vinculada à acusação, à patologização, ao insulto. Essa é uma invocação por meio do qual se forma, ao longo do tempo, um vínculo social entre as comunidades homofóbicas. A interpelação ecoa interpelações passadas e se vincula àqueles que a proferem, como se eles estivessem falando em uníssono todo o tempo. Nesse sentido, é sempre um coro imaginário que insulta com "queer"! (BUTLER, 2019, p. 364).

Nesse sentido, no que se refere à questão queer pode-se afirmar o mesmo que Didier Eribon (2008) afirma acerca da questão gay: "No início há a injúria" (p. 27), "a injúria me faz saber que sou alguém que não é como

os outros, que não está na norma. Alguém que é viado [queer]: estranho, bizarro, doente, anormal” (p. 28). A injúria se constitui como repetição de atos de linguagem que tem caráter performativo, pois estabelece os lugares que os sujeitos podem ocupar a partir da interpelação que é lançada.

Assim, a tomada do termo ou expressão queer como espaço de embate político institui-se no espaço ambíguo da relação entre a injúria e o insulto e a afirmação subversiva da diferença. Dessa maneira, as relações entre o queer e os processos de construção da abjeção se intensificam, de forma que é possível afirmar que pensar e fazer política queer é pensar o subversivo, o não inteligível, o abjeto. O abjeto, de acordo com Butler (2008a), é o inominável na cultura, o que é visto como algo a ser eliminado dela e que, no entanto, constitui o espaço da norma como legítimo. Assim, o abjeto acaba por ser o impensável e, ao mesmo tempo, o indispensável constituinte do espaço privilegiado das normatividades. No entanto, o queer assume o lugar do abjeto não de forma negativa, mas de maneira a fazer política através da experiência, do desejo e da subversão.

Para Miskolci (2011), “em termos políticos, a perspectiva queer constitui uma proposta que se baseia na experiência subjetiva e social da abjeção como meio privilegiado para a construção de uma ética coletiva” (p. 58). O sujeito interpelado queer apropria-se do espaço a ele imposto pela norma e o reinventa, de forma que esse espaço, mantendo sua relação com as normatividades sociais, passa não mais a afirmá-las, mas questioná-las. Nesse processo de questionamento da norma as políticas e os estudos queer apresentam uma peculiaridade em relação aos movimentos que os precederam, seu foco recai sobre uma política de conhecimento da diferença (MISKOLCI, 2011), antes de preocupar-se com a demarcação de um espaço específico de lutas de cunho identitário.

O que está em jogo com a teoria queer é a discussão em torno do que constituiria os sujeitos das sexualidades e dos gêneros, bem como os marcos que delimitam os conhecimentos acerca deles. Os estudos e políticas queer expõem que categorias como sexo, corpo, gênero e sexualidade são fabricadas através de recursos culturais e linguísticos engendrados em determinados circuitos de saber-poder (CÉSAR, 2016). Isso implica numa visão performativa tal qual pensada por Butler (2008a, 2019) que dificulta o estabelecimento de identidades em termos não contingentes, incluindo o próprio termo queer, que para manter seu potencial de resistência subversiva deve estabelecer uma relação crítica consigo mesmo.

A teoria queer possibilita a construção de modos de vida outros abrindo mão da filiação rígida às políticas identitárias e mantendo seu foco nas experiências de contracondutas no que tange aos corpos, desejos e práticas sociais (CÉSAR, 2016), mas isso não é garantia de que sempre operará enquanto resistência. Butler (2019) chama a atenção para a necessidade de que se leve em conta ainda outros marcadores sociais de diferença para que o potencial subversivo queer mantenha-se em funcionamento. Essa capacidade de abertura e resignificação encontra-se na emergência do pensamento queer, pois

Dentro da política queer – de fato, dentro da própria significação do que é queer –, acreditamos ver uma prática resignificante pela qual o poder condenatório do nome queer é revertido para sancionar uma contestação das condições de legitimidade sexual. Paradoxalmente, mas também com uma grande promessa, o sujeito queer no seio do discurso público, mediante interpelações homofóbicas de vários tipos, retoma ou cita o próprio termo como base discursiva para exercer uma oposição. Esse tipo de citação emergirá como teatral na medida em que imita e torna hiperbólica a convenção discursiva que também inverte. O gesto hiperbólico é crucial para pôr em evidência a “lei” homofóbica que já não

pode controlar os termos de suas próprias estratégias de abjeção (BUTLER, 2019, p. 371-372).

Ao se defender que essa perspectiva siga operando através de citações subversivas de forma a incluir em seu campo discussões transversais às de gênero e sexualidades, pretende-se mantê-la enquanto locus possível de crítica social. Acerca disso, Butler (2019) propõe um possível núcleo para avançar no que tange à teoria e políticas queer, algo notado por ela já como realidade, que seria o centramento das análises nas experiências de abjeção, pois elas permitem o vislumbre de determinadas relações de poder pautadas na produção de hierarquias indicadoras de possíveis vias de resistência que manteriam a possibilidade de questionamento e ressignificação social e política.

Políticas pós-identitárias de Foucault a Butler

A leitura que Foucault realiza acerca das perspectivas de resistência pautadas na ideia de liberação encontra sua base, principalmente, na crítica por ele exercitada no que tange às identidades. Ele destaca como a identidade é uma espécie de “jogo” que serviria ao favorecimento de determinadas relações de poder em detrimento de outras (FOUCAULT, 2004). Nesse processo é efetuada a consolidação de um espaço possível para a crítica, num sentido da identidade deixar de ser analisada em termos de verdade absoluta para ser pensada através de uma dinâmica de autorreflexividade que deve ser inerente aos processos instituintes das resistências. Com isso, não se pode concluir que Foucault abdique da noção de identidade. Em realidade, ele apregoa um possível uso estratégico dessa noção, e seu vislumbre como possível marcador para identificação de relações de poder específicas. O cuidado tomado pelo filósofo refere-se às formas de defesa identitárias que exigem o recurso ao essencialismo, à ideia de discurso e prática verdadeiras que condicionaria de forma hermética a produção das subjetividades (DUARTE, 2016). Para Foucault (2004, p. 266), “nós não devemos excluir a identidade se é pelo viés da identidade que as pessoas encontram seu prazer, mas não devemos considerar essa identidade como uma regra ética universal”.

É isso que Butler (2004, 2008a, 2019) realiza em sua leitura crítica das identidades, notadamente em suas discussões em torno do feminismo. Para a autora, a representação do sujeito do feminismo ancorada na identidade de mulher traz consigo alguns problemas a serem considerados. Essa concepção dialoga com a incorporação que Butler realiza da noção de poder foucaultiana, uma vez que interroga ao feminismo acerca da possibilidade de se pensar a produção de um sujeito identitário que preexista aos sistemas que pretendem questionar.

Fica explícita a crítica que Butler (2008a, 2019) realiza da ideia de uma instância pré-cultural ou pré-discursiva para o sexo, a qual basearia os construtos culturais do gênero. Para a filósofa, as identidades são efeitos de práticas significantes em funcionamento nos regimes de poder-saber que consolidam a heterossexualidade como regime compulsório.

Para Butler (2008a), a defesa de um sujeito estável para o feminismo leva à negação de uma série de experiências que são invisibilizadas para a manutenção da estabilidade discursiva e política do feminismo, e isso inclui processos reguladores e coercitivos para a delimitação do que viria a ser uma mulher. Os processos de regulação também levam à exclusão através de outros marcadores sociais de opressão que devem ser levados em consideração quando das lutas por reconhecimento, complexificando o conceito de identidade, que não pode mais ser pensado de forma fixa, ao risco de consolidar exclusões ao invés de refutá-las.

O que Butler (2008a) propõe é a problematização da ideia de identidade através do vislumbre das operações políticas engendradas em sua produção. Nesse sentido, a adequação política de uma categoria relaciona-se com interesses que, no caso do feminismo, moldam o que viria a ser uma mulher. Isso é ocultado através das políticas identitárias que performatizam o sujeito mulher enquanto dissimulam as elaborações políticas e epistemológicas que o possibilitam a partir dos corpos sexuados e da ideia de inscrição cultural sobre corpos naturais.

É possível problematizar, assim, o corpo como instância a priori para a construção de demandas políticas em torno do gênero, pois o corpo é ele mesmo moldado por forças políticas estratégicas em seu direcionamento à produção de marcas de sexo que garantam a manutenção das normatividades heterossexuais (BUTLER, 2008a). O sexo tomado como princípio de identidade reforça, assim, a produção binária excludente na esfera do gênero, de maneira que “é-se macho ou fêmea, nunca os dois ao mesmo tempo, e nunca nenhum dos dois” (BUTLER, 2008b, p. 99).

O sexo verdadeiro emerge, assim, como destino determinado pelo biológico, consolidando a ideia de uma heterossexualidade natural que opera na forma de marco disciplinador para uma certa finalidade do poder em seus movimentos de reprodução (BUTLER, 2008a). Devido a isso, Butler aponta o imperativo de estabelecimento de uma reflexão crítica acerca das ideias de emancipação baseadas na diferença sexual que norteiam muitas das políticas feministas, pois essas consolidam o binômio que, em grande medida, é responsável pela produção das desigualdades no campo do gênero (MELONI, 2008). Com isso, não significa dizer que Butler recusa absolutamente as identidades, mas, assim como Foucault, apenas que não credita a elas um caráter essencialista.

Em Foucault (2004) há a proposição da criatividade como modalidade de expressão afirmativa. Ele defende que novas formas de vida, de relacionamentos e expressões culturais são fatores de desestabilização nas normatividades sociais, ao menos se esses, além de expressarem identidades, expressem de forma ampla suas potências de criação. Essa maior abertura permite aos coletivos articular de forma radical vida e política, num sentido da esfera dos direitos ser ampliada permitindo a experimentação e criação de modos de vida.

É a partir dessa leitura dos usos estratégicos das identidades que Butler (2008a) analisa o papel das minorias de sexo-gênero na modificação das estruturas binárias que normatizam os sujeitos. Para ela, é necessária a coalisão de minorias sexuais que transcendam as categorias identitárias simplistas, para que as violências sobre os corpos e experiências perpetradas através de normas restritivas possam ser revistas.

No campo das teorizações e políticas feministas, Butler propõe uma reavaliação radical das estruturas ontológicas identitárias como base para uma política de caráter representacional. Nesse sentido, é necessário ampliar as maneiras de pensar identidade de gênero para que o feminismo não fique preso a uma única base de pretensão imutável baseada na identidade das mulheres e, em oposição a isso, conectar-se às variadas posições de identidade, bem como de anti-identidades que, geralmente, o feminismo acabou por excluir. Assim,

A identidade do sujeito feminista não deve ser o fundamento da política feminista, pois a formação do sujeito ocorre no interior de um campo de poder sistematicamente encoberto pela afirmação desse fundamento. Talvez, paradoxalmente, a ideia de “representação” só venha realmente a fazer sentido para o feminismo quando o sujeito “mulheres” não for presumido em alguma parte (BUTLER, 2008a, p. 23-24).

1

Without the critical perspective, politics relies fundamentally on an unknowingness – and depoliticization – of the very relations of force by which its own field of operation is instituted.

2

Queer politics, if it is to remain queer, needs to be able to perform the function of emptying queerness of its referentiality or positivity, guarding against its tendency to concrete embodiment, and thereby preserving queerness as a resistant relation rather than as an oppositional substance.

Com esse lugar paradoxal das identidades no seio do feminismo, evita-se a regulação identitária como política primária do movimento. A defesa de Butler é pelo maior investimento na ideia de diferença que de identidade, pelo vislumbre mais amplo da forma pelas quais as identificações são formadas e potencialmente deslocadas, num processo de desestabilização que força a lógica identitária de não contradição a aparecer. Devido aos vários atravessamentos de poder operantes, nota-se que políticas de coalisão identitárias acabam por requerer uma identificação necessária com o sujeito do movimento para que haja legitimidade tanto do indivíduo, como do próprio movimento. Ocorre com isso de consolidar-se no seio dos movimentos as lógicas de exclusão que esses tentam combater (BUTLER, 2019).

Devido às violências necessárias para a consolidação de uma identidade rígida, Butler questiona usos que não passem por uma estratégia e ignorem o caráter fabricado das categorias. A possibilidade de contestação em Butler relaciona-se com a ideia do gênero ser instituído através da naturalização de uma estabilidade e coerência, sendo necessário identificar os momentos nos quais o sistema binário está em disputa, nos quais as categorias identitárias são colocadas em questão e perceber os espaços de transformação possíveis (BUTLER, 2004). Nesse ínterim, Butler (2019) insere a discussão em torno do queer no âmbito de um questionamento identitário. Ela destaca como, sendo um exemplo de política citacional, o queer possibilita a reelaboração da abjeção em direção à agência política. Esse processo não ocorreria simplesmente como discurso reverso no qual a afirmação queer reverteria o jogo pelo qual é subalternizado através da abjeção, mas seria uma afirmação política do abjeto num sentido de reformular a própria história do termo através de uma dinâmica de ressignificação.

Ainda que explicitando o potencial disruptivo das políticas e estudos queer, Butler (2019, 2004) aponta para a necessidade de crítica acerca das possibilidades de fixação identitária em sua esfera. Nesse sentido, ela defende ser necessária a genealogia crítica do sujeito queer, na direção do estabelecimento de uma dimensão autocrítica. Com isso, ela não quer dizer que o termo deixe de ser utilizado, mas sim desconstruído e reformulado em sua prática política, de maneira a não ocorrer uma paralisação tanto no que tange a uma fixação identitária, tampouco no que se refere a uma possível crítica estéril que inviabilizaria o próprio termo em seus potenciais subversivos.

A filósofa propõe cuidado em relação à totalização das categorias identitárias performadas, ainda que destaque a necessidade do “erro” da identidade como indispensável, desde que se mantenha a clareza de seu caráter performativo, temporário e estratégico. Nesse sentido, a afirmação queer pode ser útil como estratégia de afiliação, não podendo ser descrita desde um lugar representacional fechado, mas sim na forma de um termo necessariamente contingente (BUTLER, 2019).

O objetivo de Butler é reforçar o caráter de desnaturalização de sua teoria. Repensar o questionamento dos discursos e do poder como estabelecimento de um futuro definido previamente através de um projeto que estabelece passos rígidos a serem seguidos, de forma que, ao invés disso, mantenha-se os processos de ressignificação abertos. Somente dessa forma é possível colocar em funcionamento a crítica que permitirá analisar a cada momento as convergências e divergências em relação às variadas dinâmicas de poder instituídas num determinado contexto e criar estratégias de lutas locais e temporais (BUTLER, 2019).

Considerações finais

É notável que o campo queer abre a possibilidade de questionamento de uma ideia rígida de eu, funcionando como questionador de alguma substância de sexo-gênero. Isso permite a reelaboração ética no que tange a

essas relações e práticas relacionadas (HALPERIN, 1995). No entanto, “sem a perspectiva crítica, a política depende fundamentalmente de um desconhecimento – e despolíticação – das próprias relações de força pelas quais é instituído seu próprio campo de operação” (BUTLER, 2004, p. 107) (tradução nossa¹). Assim, realizar esse exercício crítico em relação às teorias e políticas queer é, ao fim, reivindicar a manutenção de seu potencial subversivo. Nesse sentido, é possível aproximar esse campo da perspectiva que Foucault defende ser necessária para se pensar as lutas no campo das sexualidades, a saber: que não é possível a articulação de lutas efetivas partindo do pressuposto de haver algo na esfera da sexualidade que necessita de liberação, num sentido de uma espécie de natureza preexistente a ser liberta (FOUCAULT, 1988).

Halperin (1995), ao realizar uma aproximação entre as políticas *queer* e o pensamento de Michel Foucault, conclui, assim como Butler (2019, p. 113) o havia feito, que

A política queer, para permanecer queer, precisa ser capaz de desempenhar a função de esvaziar-se de sua referencialidade ou positividade, protegendo-se contra sua tendência à concreta representação e, assim, preservando o queer como uma relação resistente e não como uma substância de oposição (tradução nossa²).

Assim, ainda que o *queer* não tenha absolutamente perdido sua utilidade e força política, é indispensável que exerça a todo momento um movimento de renovação, de forma que se mantenha o espaço das identidades vazio, passíveis de ser temporariamente preenchidos de forma estratégica sem qualquer pretensão de conceitualização unívoca (HALPERIN, 1995). Apenas assim as relações de poder podem ser questionadas e reformuladas, num processo de invenção coletiva que possibilite a ampliação do espectro ético do que se considera uma vida humana.

Sobre o artigo

Recebido: 22/08/2021

Aceito: 06/10/2021

Referências bibliográficas

BRANCO, G. C. **Michel Foucault: filosofia e biopolítica**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.

BUTLER, J. **Undoing gender**. New York, London: Roudedge, 2004.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão das identidades**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

BUTLER, J. Inversões sexuais. In: PASSOS, I. C. F. **Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 91-108, 2008b.

BUTLER, J. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

CÉSAR, M. R. A. A crítica da noção de identidade e atualizações contemporâneas da estética da existência: feminismo(s), movimentos LGBT

e política queer. In: RESENDE, H. (org.). **Michel Foucault: política: pensamento e ação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 137-146, 2016.

COLLING, L. **Mais definições em trânsito: teoria queer**. [s. d.] Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/TEORIAQUEER.pdf>>. Acesso em 24 set. 2021.

DE SOUSA FILHO, A. Foucault: o cuidado de si e a liberdade ou a liberdade é uma agonística. In: VEIGA-NETO, A.; DE SOUSA FILHO, A.; ALBUQUERQUE JR., D. M. (orgs.). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 13-26, 2008.

DUARTE, A. Foucault e os coletivos políticos: novas formas de vida para além do sujeito identitário de direitos. In: RESENDE, H. (org.). **Michel Foucault: política: pensamento e ação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 35-49, 2016.

ERIBON, D. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

ESCOBAR, A. J. V. Genealogia e política. In: RIBEIRO, R. J. (org.). **Recordar Foucault: os textos do colóquio Foucault**. São Paulo: Brasiliense, p. 209-218, 1985.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Michel foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade**. Nerve, n. 5, p. 260-277, 2004.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42ª ed., Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, M. **A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

GARCÍA, D. C. Teoría queer: reflexiones sobre sexo, sexualidad e identidad. Hacia una politización de la sexualidad. In: CÓRDOBA, D.; SÁEZ, J.; VIDARTE, P. (org.). **Teoría queer: políticas bolleras, maricas, trans, mestizas**. 2ªed, España: Egales editorial, p. 21-66, 2007.

GUATTARI, F. Microfísica dos poderes e microfísica dos desejos. In: QUEIROZ, A.; CRUZ, N. V. (org.). **Foucault hoje?** Rio de Janeiro: 7letras, p. 33-41, 2007

HALPERIN, D. M. **Saint Foucault: towards a gay hagiography**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1995.

JAGOSE, A. **Queer theory: an introduction**. Nova Iorque: New York University Press, 2005.

LOURO, G. L. Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-53, 2001.

MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 4ª ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 07-34, 2016.

MAY, T. **Between Genealogy and Epistemology: Psychology, Politics, and Knowledge in the Thought of Michel Foucault**. Pensilvânia: The Pennsylvania State University Press, 1993.

MELONI, C. Judith Butler y la genealogia: La Torre del Virrey. **Revista de Estudios Culturales**, n. 5, p. 75-81, 2008.

MISKOLCI, R. Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer. In.: SOUZA, L. A. F.; SABATINE, T. T.; MAGALHÃES, B. R.

(orgs.). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 47-68, 2011,

PELÚCIO, L. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n.1, p. 68-91, 2014.

REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Paulo: Clara Luz, 2005.

SÁEZ, J. El contexto sociopolítico de surgimiento de la teoría queer. De la crisis del SIDA a Foucault. In: CÓRDOBA, D.; SÁEZ, J.; VIDARTE, P. (org.). **Teoría queer: políticas bolleras, maricas, trans, mestizas**. 2ªed, España: Egales editorial, p. 67-76, 2007.

SOUZA, F. F. de; BENETTI, F. J. Historiografando a Abjeção: Uma Arqueografia dos Estudos Queer no Brasil (1990-2000). **Contemporâneos: revista de artes e humanidades** [on line], São Paulo, N.12, pp. 01-13, 2015.

WITTIG, M. “El pensamiento heterosexual”. In: WITTIG, M. **El pensamiento heterosexual e otros ensayos**. Espanha: Egales editorial, p. 45-57, 2004.